

MEMÓRIA HISTÓRICA E REVISIONISMO EM ESPANHA

Fernando Ampudia de Haro
Instituto de História Contemporânea
Universidade Nova de Lisboa

Há já algum tempo que venho investigando, de forma comparativa, os modelos de comportamento e afectividade durante os períodos franquista e salazarista em Espanha e em Portugal desde uma perspectiva sociológica, assente na teoria dos processos civilizacionais de Norbert Elias.¹ Para o estudo da vertente espanhola, foi preciso explorar uma extensa bibliografia com o propósito de contextualizar historicamente o franquismo. Por este motivo, tive a oportunidade de aceder a um tipo de produção historiográfica que, para já e de uma forma muito geral, qualificarei como “revisionista”. Esta, em termos globais, reproduz de modo mais ou menos sofisticado, as teses clássicas da historiografia oficial franquista, elaborada pelo regime e pelas suas bases socio-intelectuais de apoio. O revisionismo tem gozado em Espanha, desde aproximadamente o ano de 1999, de uma generosa difusão pública através de determinados meios de comunicação, atingindo os seus textos um considerável volume de vendas atestado por sucessivas e bem sucedidas reedições. No entanto, o mundo académico tem vindo a negar sistematicamente a sua validade científica, advertindo para o carácter propagandístico e ideológico que possui. A divergência de pareceres que se observa entre o sucesso comercial do revisionismo e a nula consideração que merece por parte da Academia bem pode ser o ponto de partida que motiva a reflexão que tenciono apresentar ao longo destas páginas.

O objectivo das mesmas é efectuar uma aproximação ao recente fenómeno revisionista em Espanha analisando-o para além da sua dimensão historiográfica, para interpretá-lo sociologicamente como fenómeno relacionado com as mudanças nos equilíbrios de poder ocorridas no seio da sociedade espanhola. A compreensão do revisionismo espanhol não deve limitar-se à sua avaliação em termos de controvérsia intelectual no campo da historiografia. Desta forma, o fenómeno ficaria reduzido a um debate entre historiadores, que traduziria com dificuldade as suas conexões com outros aspectos que

¹ Projecto de investigação pós-doutoral intitulado *O homem civilizado em Espanha e Portugal: modelos de comportamento e afectividade nas ditaduras franquista e salazarista* (Ref.: SFRH/BPD/26210/2006) financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia do Ministério de Ciência e Ensino Superior que actualmente estou a desenvolver no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa sob a orientação do Prof. Doutor António Reis.

marcam o percurso e a conjuntura social e política espanholas. A tendência revisionista é mais do que uma nova edição dos, já velhos, “combates pela história” (Febvre, 1970). E é-o porque representa o sintoma de um movimento mais amplo de reconstituição das mentalidades e das culturas políticas da direita espanhola. Em consequência, o fenómeno excede o âmbito historiográfico e entra no campo das representações e dos argumentos legitimadores de uma dada opção ideológica. A sua natureza socio-política converte o revisionismo num alvo privilegiado para a análise sociológica, colocando questões extraordinariamente complexas relacionadas com a cultura política dos espanhóis, com a sobrevivência nesta cultura de elementos próprios do franquismo, com a construção de culturas políticas democráticas, com a presença de novas culturas políticas conservadoras ou com a intervenção dos *mass media* na definição da realidade socio-política do país. Evidentemente, são questões que aqui só podem ser tratadas de forma panorâmica, tentando-se desenhar as coordenadas gerais que permitem uma compreensão global do fenómeno revisionista em Espanha. Esboçar estas coordenadas é a intenção manifesta deste trabalho. Sendo assim, num primeiro momento, examinar-se-á a natureza deste revisionismo, as suas principais teses e as reacções que têm suscitado no âmbito académico-profissional. Num segundo momento, enquadra-se o revisionismo numa operação de conjunto mais ampla que visava, desde a primeira vitória do Partido Popular (PP) em 1996, a reconstrução, num sentido democrático, da trajectória histórica da direita espanhola. Num terceiro momento, avalia-se a hipótese da relação entre o revisionismo e diferentes dimensões da cultura política dos espanhóis. Numa secção final, apresenta-se uma reflexão sobre as eventuais consequências que, numa dupla perspectiva científica e cívica, traz consigo o fenómeno revisionista.

1. O revisionismo como revitalização historiográfica do franquismo

A própria natureza da história como disciplina pressupõe uma revisão constante das suas contribuições graças à descoberta de fontes inéditas, à inovação metodológica ou à aplicação de novos enfoques teóricos. Sob esta perspectiva, a revisão é consubstancial à tarefa do historiador. Como tal, existem mudanças e/ou alternâncias de paradigmas que questionam os consensos científicos provocando diferentes graus de renovação dos conhecimentos existentes numa área específica. A esse respeito, a história como actividade intelectual fica submetida à ideia de verdade como elemento progressivamente construído e, por isso, susceptível de modificação em virtude de

novas contribuições teóricas e empíricas. Eis o revisionismo legítimo que abrange toda a prática científica.

No entanto, o denominado “revisionismo” praticado em Espanha não se encaixa nos parâmetros deste revisionismo legítimo. Mais apropriado seria falar na revitalização das teses historiográficas do franquismo relativas à caracterização socio-política de Espanha durante os anos 30 do passado século e à institucionalização da ditadura; teses que já foram utilizadas para justificar o golpe de estado militar contra a 2ª República (1931-1936) em 18 de Julho de 1936, para legitimar a necessidade da Guerra Civil (1936-1939) e para consolidar os argumentos do sistema de governo autoritário que chegaria até 1975.² Sendo assim, o recente revisionismo espanhol é, sobretudo, uma revitalização destas teses, as quais, desde o advento da democracia, foram relativizadas, impugnadas ou invalidadas de acordo com o seu declarado afã justificativo do franquismo e com a sua tentativa de silenciar ou desvalorizar os aspectos mais controversos da ditadura.³ Deste modo, o emprego do conceito “revisionismo”, de agora em diante, fará alusão, não à revisão legítima dos conteúdos historiográficos, mas sim à revitalização das clássicas teses historiográficas franquistas; um revisionismo, pois, ligado à tentativa de activar e de re-actualizar os pressupostos básicos da história escrita pelo franquismo. Mas, quais são estas teses? Sinteticamente, seria possível resumi-las do modo seguinte:

- a) O golpe de estado de 18 de Julho de 1936 foi um movimento militar necessário perante o carácter revolucionário da esquerda política, a qual era responsável directa pelo clima de insegurança, de instabilidade, de fragmentação social e de violência que presidiu a 2ª República espanhola.⁴
- b) A Guerra Civil foi a resposta inevitável face àquelas tendências revolucionárias dissolventes da ordem social que ameaçavam com a instauração em Espanha de um regime totalitário de esquerda. O início da guerra é fixado em 1934, motivado pelo

² Para um estudo pormenorizado dos dados e argumentos aportados pelos autores identificados com a historiografia oficial do franquismo, v. Reig Tapia (1986).

³ Um destes aspectos é o referido ao número de vítimas da repressão durante a guerra e o pós-guerra. Para uma aproximação à questão que salienta as deficiências metodológicas da “contabilidade” franquista, v. Reig Tapia (1986: 91-121). Os valores que são considerados pelos especialistas podem consultar-se em Moreno (1999) assim como no dossier intitulado *Represión, la tragedia oculta* publicado pela revista de divulgação histórica *La Aventura de la Historia*, 3, Janeiro, 1999.

⁴ “El nuevo régimen [la 2ª República], precisamente, al suscitar un intenso sentimiento de esperanza en soluciones drásticas, pero irreales, provocó decepción y envenenó los problemas año tras año, hasta no dejar otra salida que las armas”; cfr. Moa (1999:18). “Dada la relación de fuerzas políticas en los años 30, la estabilidad del régimen descansaba en dos grandes partidos no propiamente republicanos: la CEDA y el PSOE. Al decidirse éste por una política revolucionaria, la guerra civil se hizo ya inevitable en 1934”; cfr. Moa (2000: 10)

movimento de revolução e greves -alentado por sectores socialistas, anarquistas e comunistas- juntamente com a proclamação do Estado Catalão.⁵

c) O franquismo é a primeira causa e o motor da modernização da Espanha contemporânea.⁶

d) A democracia espanhola é uma continuidade natural e lógica da ditadura; continuidade garantida pela intervenção e pelo protagonismo durante a Transição da ala reformista do franquismo.⁷

e) A tradição legal e democrática da direita política espanhola tem sido historicamente vulnerada pelo “golpismo” revolucionário da esquerda.⁸

Com efeito, estas teses que aqui enumero, são basicamente aquelas que o aparelho propagandístico e educativo do regime esgrimiou para fundamentar a sua legitimidade⁹, embora sejam hoje apresentadas com um revestimento científico que, supostamente, garante a sua objectividade e, por acréscimo, um carácter inquestionável. Com maior ou menor nível de formalização voltaram a surgir em diferentes publicações de inegável sucesso editorial.¹⁰ Mas a dita revitalização não tem a sua génese no próprio âmbito da

⁵ “Este libro [*Los orígenes de la Guerra Civil*] trata del movimiento insurreccional de octubre de 1934 y de sus consecuencias. Su tesis básica es que dicha insurrección constituye, literal y rigurosamente, el comienzo de la guerra civil española y no un episodio distinto o un simple precedente de ella. Por tanto, en julio de 1936, sólo se habría reanudado la lucha emprendida 21 meses antes”; cfr. Moa (1999: 9)

⁶ “La historiografía deberá reconocer que aquel régimen [el Franquismo], con todas sus faltas e incluso crímenes, salvó ciertamente a España de la revolución, y luego de la guerra mundial, y desarrolló el país y la sociedad desde casi todos los puntos de vista. Es más, me atrevo a decir que lo que tiene de estable la democracia actual se lo debe a la herencia franquista, y lo que tiene de inestable (terrorismo, chantaje separatista, oleada de corrupción mejor o peor superada, degradación del poder judicial, formación de verdaderos cacicatos en distintas comunidades, semidestrucción de la democracia en el País Vasco, etc.) mantiene claramente el sello del antifranquismo, el cual ha evolucionado hartamente menos de lo deseable.”; cfr. Moa (2002: 341)

⁷ “La derecha procedente del franquismo, que no la oposición antifranquista, organizó la transición democrática, lo cual quiere decir que fue posible evolucionar con normalidad desde una dictadura autoritaria a un régimen de libertades. Y lo fue porque aquella dictadura constituyó una réplica excepcional a una situación excepcional planteada por un movimiento revolucionario: Franco no derrotó a la democracia, sino a la revolución [...]”; cfr. Moa (2008: 12).

⁸ “[Durante a 2ª República] esta condición [moderación y respeto por la ley] (...) se daba de forma predominante en la derecha, aglutinada en la CEDA, mientras que sólo existía en sectores muy minoritarios de la izquierda, como el de Besteiro dentro del PSOE. Dicho de otro modo: en la izquierda predominaba la tendencia revolucionaria, y en la derecha la legalista”; cfr. Moa (2005c: 16).

⁹ Sobre este tema podem consultar-se, entre outros, García Crespo (1983), Cámara Villar (1984), Navarro García (1993), Mayordomo Pérez e Fernández Soria (1993), Valls (2000) e López Marcos (2001).

¹⁰ Sirvam como exemplo Moa (1999, 2000, 2001, 2003a, 2003b, 2004a, 2004b, 2004c, 2005a, 2005b, 2005c, 2006, 2007a, 2007b, 2008) e Vidal (1997, 2005). A editorial “La Esfera de los Libros” proporciona os seguintes dados relativos às edições e ao volume de vendas: *Los Mitos de la Guerra Civil* de Pío Moa conta hoje com 36 reimpressões e mais de 250.000 exemplares vendidos e *Los crímenes de la Guerra Civil* de Pío Moa vai, actualmente, pela sua sexta edição. A agência de notícias Europa Press, em 5 de Outubro de 2004, falava em 150.000 exemplares vendidos de *Los Mitos de la Guerra Civil* assim

historiografia profissional. A sua procedência é alheia à prática da história como saber academicamente institucionalizado e legitimado cientificamente. A origem é, pois, “extra-historiográfica” e identifica-se, em geral, com a actividade de certos meios de comunicação e, em particular, com a dos jornalistas, ensaístas, intelectuais e publicistas a eles adstritos. A difusão mediática a par do êxito comercial são duas importantes razões que explicariam a ressonância pública das teses revisionistas no campo da historiografia profissional. A reacção da Academia face a esta ressonância tem sido, principalmente, de dois tipos:

a) *A negação do debate no que equivale às teses revisionistas em função do seu carácter não profissional e não científico.* Em muitos sentidos, situamo-nos perante uma reacção pseudo-corporativa segundo a qual a inclusão do historiador nos meios científicos institucionalizados reconhecidos como tais –universidades, institutos, centros de investigação...- através das suas credenciais literárias seria o critério que permitiria estabelecer a distinção entre “práticas historiográficas profissionais” e “práticas historiográficas amadoras”. Por outras palavras, não há debate quando o interlocutor não é estritamente um historiador avalizado por diplomas universitários, por publicações relevantes nas principais revistas da disciplina ou por contribuições em eventos científicos assinaláveis. Como afirma ilustrativamente Antonio Elorza, “no se polemiza con un panfletario” (Elorza, 2005).¹¹ Em definitivo, não existe o reconhecimento por parte dos hipotéticos pares.¹² Uma reacção deste cariz tem contribuído para alimentar a vitimização dos autores revisionistas.¹³ Em geral, salientam que a Academia silencia, nega, esquece, desatende ou mesmo proíbe os seus

como na permanência deste livro no primeiro lugar na lista dos títulos de não-ficção mais vendidos durante seis meses consecutivos.

¹¹ Uma outra denominação, proposta ironicamente por Reig Tapia (2006), é a de “historietógrafo” jogando, em espanhol, com o sentido das palavras “historia” e “historieta”, termo este relativo a contos ou a relatos de ficção e, numa acepção mais coloquial, à explicação manifestamente falsa e inventada de um facto ou de um acontecimento com a intenção de convencer ou enganar o nosso interlocutor.

¹² As palavras de Sergio Gálvez, coordenador do dossier “Generaciones y memoria de la represión franquista” na revista *Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea*, sintetizam a posição adoptada pela historiografia académica em relação ao revisionismo: “Asimismo en lo que parece ser la creciente opción de los historiadores “profesionales” se ha ido implantando, no sin contradicciones, la idea de la necesidad de no entrar a “debatir” estas obras, bajo dos premisas claras. Primero, no se trata de un debate historiográfico real en tanto una parte no respeta las mínimas e imprescindibles “reglas de juego”; y segundo, cualquier tipo de contestación o refutación no sólo supone entrar en un “campo de batalla” irreal e ilusorio sino que además supone reforzar –he aquí la principal contradicción- los argumentos de los revisionistas”. Cfr. Gálvez (2008)

¹³ “Los dos libros anteriores [*Los orígenes de la Guerra Civil* e *Los personajes de la República vistos por ellos mismos*], (...) plantean una revisión a fondo de las versiones sobre nuestro pasado reciente más difundidas y por ello debieran haber dado lugar a un cierto debate. Pero (...) no ha sido así, pues los discrepantes han preferido el silencio, acompañado de rumores y ataques no públicos”; cfr. Moa (2001:16).

argumentos. O silêncio, a negação, o esquecimento, a desatenção ou a censura explicam-se-iam, segundo o revisionismo, pela tradicional endogamia universitária que impede a renovação dos seus quadros, pela defesa de interesses particulares e, sobretudo, pelo medo da perda do controlo sobre os instrumentos de inculcação doutrinária detidos por certos historiadores que actuam como professores universitários e defendem visões marxistas ou “marxizantes” da história contemporânea espanhola.¹⁴ Portanto, aceitar o debate, provocaria o debilitamento da hegemonia da esquerda no âmbito académico.¹⁵

b) *A análise crítica das teses revisionistas e dos argumentos que as suportam.* De acordo com esta análise, os textos identificados com o revisionismo apresentam notáveis insuficiências metodológicas, uma carência de documentação primária considerada imprescindível, práticas abusivas na citação unilateral de apenas um tipo de fonte, uma ignorância intencionada de bibliografia secundária básica, um emprego interessado e parcial dos documentos e uma “alarmante” falha no que diz respeito à actualização bibliográfica.¹⁶ Como tal, estas deficiências seriam responsáveis pela falta de cientificidade das teses revisionistas, circunstância que acabaria por reduzi-las à simples agitação propagandística.

Se, como já avancei, limitarmos o fenómeno revisionista à estrita polémica historiográfica, perderíamos muitos elementos de juízo que nos permitiriam avaliar adequadamente tal fenómeno. O facto é que esta polémica não deve ser interpretada como um dado isolado, e sim como uma das possíveis manifestações de um processo todavia mais alargado de mudança no equilíbrio de poder da sociedade espanhola por ocasião da vitória do PP nas eleições gerais do ano 1996 e, de maneira mais acentuada, a partir da sua maioria absoluta em 2000. Existe uma ligação entre a revitalização

¹⁴ Numa entrevista no jornal *El Mundo* (9/04/2003), Pío Moa é inquirido sobre os historiadores que o apoiam: “Me han apoyado explícitamente historiadores como Stanley Payne, Seco Serrano, César Vidal y otros. Algunos me han transmitido su apoyo pero hay un cierto temor a hacerlo público debido al predominio de la izquierda en la universidad que puede traerles incluso malas consecuencias profesionales. De todas maneras, creo que como mis estudios se acercan bastante a la verdad estas tesis terminarán imponiéndose”.

¹⁵ Embora o debate não tenha apresentado um formato público formal, é preciso reconhecer que têm existido, fundamentalmente, através de publicações digitais, confrontos diversos e trocas de pareceres entre as teses revisionistas e as defendidas por historiadores profissionais. A este respeito, sirva como exemplo de debate aquele que mantiveram o historiador Enrique Moradiellos e o revisionista Pío Moa juntamente com outros intervenientes na revista digital *El Catoblepas* ao longo de 2003 e 2004 (números 15, 16, 17, 19, 22, 23 e 24. www.nodulo.org/ec/)

¹⁶ Um exemplo deste tipo de crítica é Espinosa (2005). Um outro estudo nesta linha, embora misturando desigualmente a crítica historiográfica, a análise política e a sorna intelectual, é Reig Tapia (2006).

historiográfica do franquismo e o advento do PP ao poder; uma ligação que não é causal nem mecânica, mas sim passível de ser sociologicamente explicada.

2. Um novo equilíbrio de poder: as vitórias do PP

Após o domínio eleitoral do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) desde 1982, o ano de 1996 confirma o acesso ao poder do PP, que consolida o seu mandato atingindo em 2000 a maioria absoluta no parlamento. Espanha viveu assim uma re-organização do seu mapa político logo a seguir aos 14 anos do poder socialista. Configurou-se um novo equilíbrio de poder que trouxe associadas valorizações e representações mentais específicas ligadas a esta mudança por parte dos grupos sociais favoráveis ao novo equilíbrio, ou, identificados ideológica e afectivamente com o PP.¹⁷ O novo equilíbrio aparece relacionado com um movimento intelectual e cultural que, num sentido lato, visava revigorar uma atitude de cariz liberal-conservador mobilizando para tal diferentes recursos retórico-ideológicos (Muñoz, 2007: 147-160).¹⁸ Tal movimento pretendia a reconstrução da trajectória histórica da direita política espanhola como um meio de obtenção de uma legitimidade acrescentada à já conferida pelo voto e pela vitória eleitoral. Este exercício de reconstrução implicava a elaboração de uma história da direita espanhola capaz de conectar o presente com o passado de modo coerente, incidindo na sua vertente democrática, negociadora e moderada. Tratava-se de uma operação em prol de um *plus* de legitimidade vinculado à descrição dessa trajectória assim como de uma tentativa de rearmamento ideológico e doutrinal. A esse respeito, a legitimidade derivada de um impecável percurso histórico rastreou-se na Restauração e no Canovismo, na figura de Manuel Azaña durante a 2ª República e no legado da União de Centro Democrático (UCD) na fase da transição para a democracia. Não obstante, a

¹⁷ O conceito *equilibrio de poder* refere-se às específicas condições de interdependência que existem entre os indivíduos e os grupos que fazem parte de uma dada sociedade. Estas condições implicam que o grau de dependência de um grupo em relação a outro seja maior ou menor e, devido a isso, que as suas oportunidades de acção sejam também maiores ou menores. Aqui o poder é uma noção essencialmente relacional pensada em termos de equilíbrios, o que nos impede de falar deste como “jogo de soma zero” em que um dos grupos teria um nível absoluto de poder enquanto os outros não teriam nenhum. Deste modo, maiores oportunidades de acção permitirão maior facilidade na consecução dos objectivos propostos ou na obtenção do resultado final previsto pelo grupo ou pelos grupos que possuem tais oportunidades. Cfr. Elias (1999: 100-107)

¹⁸ De acordo com Muñoz (2007: 151), esta pretensão é parte de uma tentativa mais alargada que tencionava acabar com uma hipotética “hegemonia cultural” de esquerda através da socialização política mediante redes sociais e culturais de direita, do controlo das instituições académicas, do surgimento de centros próprios de elaboração ideológica e da presença continuada nos meios de comunicação.

operação tornava-se extremamente complicada no que concerne ao período histórico da Guerra Civil e da ditadura franquista; um período que viu a direita participar em concepções, cosmovisões e mentalidades autoritárias, intolerantes, repressivas e notoriamente reaccionárias. Semelhantes dificuldades foram resolvidas mais com o recurso à caracterização negativa da esquerda do que mediante a análise crítica da actuação da direita política no referido período. Nomeadamente, salientaram-se as condutas anti-democráticas dessa esquerda na 2ª República, os seus vínculos com o estalinismo soviético, os seus planos para a implantação de sistemas socialistas em Espanha ou os seus laços com o terrorismo de ETA nos anos 60 e 70. A ênfase na tradição anti-democrática da esquerda espanhola constituiu um veículo preferencial para afirmar a auto-definição democrática da direita: se o opositor não era democrata, então seria a direita a representar a autêntica linha da democracia espanhola.

É este contexto que cria as condições de possibilidade para a emergência das teses revisionistas. Falar em condições de possibilidade exclui uma leitura determinista que ligue causalmente a presença do PP no poder ao revisionismo. O que se pretende pôr a nu é que a revivificação de mentalidades liberais-conservadoras, a reconstrução de trajetórias políticas “sem mancha” e a procura de legitimidades históricas adicionais são o substrato a partir do qual operam as teses revisionistas. Neste sentido, as peças pareciam encaixar quando José María Aznar declarava, no início do seu descanso estival em Agosto de 2003, que uma das leituras que levava consigo nessas férias era *Los Mitos de la Guerra Civil* de Pío Moa, o autor que melhor encarna com a sua obra a revitalização das velhas teses da historiografia franquista. Como facto pontual, é sintomático da articulação que se observa entre o referido substrato e a renovada presença do revisionismo historiográfico no espaço público. Em todo o caso, a assunção destas teses ou a atenção que se lhes presta não nasce tanto da sua consideração em termos historiográficos, como da sua utilização enquanto ferramenta retórica ao serviço da liça política. Deste modo, os supostos teóricos revisionistas, unindo o passado e o presente históricos, fixariam uma continuidade ideológica entre a esquerda política política dos anos 30 e a actual esquerda política espanhola. De acordo com esta continuidade no comportamento, nas atitudes, nas práticas e na ideologia seria factível afirmar que a) a esquerda espanhola está historicamente vinculada ao fomento da instabilidade social ¹⁹ e b) a esquerda espanhola, substancialmente, não possui uma

¹⁹ As palavras seguintes de Pío Moa resumem esta ideia: “Así, tan pronto las izquierdas perdieron el poder en 1996, hicieron del ambiente social previamente creado en torno a la República y la guerra un

autêntica trajetória política democrática.²⁰ Independentemente do seu valor historiográfico, as teses revisionistas são empregues como meio de des-legitimação do competidor político em virtude do seu passado revolucionário e desestabilizador. É a ligação passado-presente que permite argumentar que a essência da esquerda não mudou desde os anos 30, facto que conduz à fixação de uma dicotomia direita-esquerda que nega a eventualidade da mudança ideológica, mental e comportamental; uma dicotomia em função da qual elaborar uma analogia entre a Espanha dos 30 e a Espanha dos 80 e 90, incluindo, por extensão, a Espanha de 2004 até hoje; isto é, uma analogia focada naqueles períodos históricos em que a esquerda manteve uma notável presença, quer no poder, quer ao nível do protagonismo político.²¹ Em síntese, o revisionismo conta como recurso retórico-ideológico próprio do confronto político, cumprindo ora uma função des-legitimadora da esquerda, ora uma função legitimadora da direita.

3. Revisionismo, cultura política e movimentos reactivos

A recusa do revisionismo por parte da Academia não impede que as suas teses funcionem socialmente como geradoras de realidade e de verdade: a demonstração científica da sua insuficiência ou mesmo da sua falsidade, não obstaculizam definitivamente o seu uso como ferramenta de legitimação ou des-legitimação ideológica. São teses socialmente válidas na medida em que servem para configurar imaginários políticos, para articular uma linguagem pública e para interpretar a realidade socio-política espanhola; teses que podem ser analisadas em relação à própria

arma para acorralar a las derechas: en definitiva, éstas eran las herederas de aquellos fascistas que habían destruido la maravillosa República y asesinado a tantos de sus preclaros defensores (...) Ese relato de la derecha permitió que, en ocasiones como la marea negra del ‘Prestige’ y sobre todo la guerra para derrocar a Sadam Hussein, calara fácilmente entre millones de personas la propaganda izquierdista y separatista que pintaba al gobierno de Aznar como despreciativo de los intereses del ‘pueblo’, belicista, pro imperialista y ‘asesino’ ”; cfr. Moa (2005c: 186)

²⁰ Sirvam como exemplo estas afirmações de Pío Moa: “No existe hoy ningún partido de izquierda que apoye o respete la democracia liberal”; cfr. Moa (2008: 20). “La actual situación política española puede definirse así: un proceso de destrucción de la Constitución, y con ella de la democracia y la unidad española, por la alianza entre terroristas, separatistas y un gobierno que, por ese mismo hecho, se convierte en golpista e ilegal”; cfr. Moa (2008: 35).

²¹ A ligação entre o passado e o presente permite identificar a potencial ameaça da esquerda sobre a sociedade. Outra vez as palavras de Pío Moa podem ilustrar tal circunstância: “En dos palabras, asistimos a la reedición de la vieja alianza entre las izquierdas, los separatismos y el terrorismo. Si de algo sirve el conocimiento de la Historia, debe hacérsenos evidente que nos hallamos de nuevo ante un peligro muy serio”; cfr. Moa (2005c:188)

cultura política dos espanhóis.²² Desta forma, acedemos à dimensão estritamente sociológica da questão, cuja abordagem vai articular-se segundo a tentativa de resposta que oferecerei a uma tripla pergunta que formulo em seguida:

a) *Existe em Espanha alguma sub-cultura política específica, de recente introdução ou de nova reformulação, vinculada às teses revisionistas? Ou dito de um outro modo, o revisionismo tem relação com algum fenómeno político novo em Espanha?*

A revitalização do franquismo relaciona-se com o aparecimento e o fortalecimento de um *corpus* de ideias afim de um pensamento neo-conservador essencialmente importado dos Estados Unidos e reformulado para que se adapte à conjuntura espanhola, o qual ganha uma presença progressiva desde a vitória do PP em 1996, vive um momento de pujança com a maioria absoluta deste partido no ano 2000, e actua como réplica aos triunfos do PSOE em 2004 e 2008. Este pensamento neo-conservador afasta-se das correntes tradicionais do conservadorismo espanhol contemporâneo, comumente representados pela extrema-direita de inspiração falangista, pelo tradicionalismo católico ou pela democracia cristã.²³ Assim, esta pretensão de novidade explica a utilização do prefixo “neo” ou a sua denominação global como “nova direita”. Mas, quais são as características principais deste neo-conservadorismo? Uma aproximação geral conduz-nos à consideração dos seguintes elementos constitutivos (Rodríguez e Arbide, 2006):

-- *Visão moral da vida política, social e cultural.* Num mundo ameaçado por riscos globais e forças amorais concretizados no terrorismo, na destruição da família, na proliferação do aborto, no avanço da imigração, na duvidosa concessão de direitos às minorias identitárias, na persistência dos nacionalismos desintegradores ou no questionamento da ordem social, é preciso, mais do que nunca, a afirmação de categorias morais substantivas e inegociáveis face ao relativismo dominante nas sociedades contemporâneas.

-- *Atribuição à esquerda da desarticulação moral da sociedade com base na sua defesa de movimentos sociais de classe, identidade e género assim como ao seu fomento de valores contra-culturais.* A crítica da esquerda arranca desde Maio de 1968 e concentra-se, com mais força e em Espanha, nos governos socialistas dos 80 e 90 chegando até à

²² De acordo com Giner, Lamo de Espinosa e Torres (1998), entendo por cultura política o contexto de significados no qual se desenvolve a vida política de uma dada comunidade. Este contexto concretiza-se nos discursos, nas linguagens, nas normas ou nos ritos que têm lugar na esfera pública assim como nos diferentes recursos culturais disponíveis para a actuação política. Para uma síntese sobre os estudos de cultura política em Espanha, v. Morán (1999).

²³ A este respeito, resulta imprescindível a consulta de González Cuevas (2000, 2005).

actualidade após o retorno do PSOE ao poder no ano de 2004. Neste sentido, fala-se na conivência da esquerda com a corrupção, no autoritarismo exercido durante as suas maiorias absolutas, no seu usufruto particular dos aparelhos do Estado e na sua condescendência com movimentos desintegradores da sociedade (feminismo, islamismo, terrorismo, homossexualidade e separatismos basco, galego e catalão).²⁴

-- *Inovação no terreno da comunicação*. Constitui a base de lançamento da sua proposta ideológica que, apoiando-se em plataformas mediáticas novas ou tradicionais –internet, jornais digitais, TV cabo ou rádio-, visa intervir na esfera pública mobilizando a cidadania. Em Espanha, um conjunto de meios de comunicação com capacidade de influência sobre audiências amplas inscreve-se nesta lógica neo-conservadora tratando de fixar ou fixando de facto a agenda política do PP. É fundamental salientar este aspecto, já que o conservadorismo não parte essencialmente do campo político convencional, quanto da arena dos *media*. Jornalistas, intelectuais, polemistas ou ensaístas devem ser assinalados como representantes ou difusores deste neo-conservadorismo.²⁵

A vaga neo-conservadora define um marco possível de actuação para as teses revisionistas como mais um instrumento de des-legitimação e crítica da esquerda política. A historiografia revisionista outorgaria validade científica à analogia entre a Espanha dos 30 e a Espanha socialista dos 80 e 90, novamente reeditada em 2004. Se aquela Espanha da 2ª República caiu, a actual encontrar-se-ia à beira do colapso devido à lassidão moral reinante –lei de casamento de pessoas do mesmo sexo-, à ofensiva contra a Igreja católica –ameaças de revisão da Concordata, eliminação da religião do ensino secundário-, à promoção do separatismo –coligações com partidos nacionalistas ou independentistas- ou à tomada ilegal e conspirativa do poder –supostas ligações do

²⁴ Um exemplo desta crítica ao PSOE em virtude da sua política de dissolução social pode ser encontrada no fragmento seguinte publicado pelo jornal *ABC* (21/10/2008) sob o título “Cómo ir de ‘progre’: “Desde que José Luis Rodríguez Zapatero accedió en el año 2000 a la dirección del PSOE, la ideología radical-socialista parece predominar en la orientación política de este partido. Así lo muestran el sesgado proceso de revisión de la Memoria Histórica, la exaltación -amnésica con sus errores- de la II República, el laicismo agresivo, las restricciones a la libertad de enseñanza o al derecho de los padres a elegir la educación de sus hijos, el relativismo moral y la minusvaloración del derecho a la vida en el aborto, la eutanasia o la clonación terapéutica. Un proceso que se completa con la creación de una asignatura innecesaria y que puede llevar al adoctrinamiento ideológico de los menores como la Educación para la Ciudadanía. Se anuncia incluso la creación de un Observatorio de la Laicidad que podría ser una versión celtibérica -más moderada, espero, pero igual de extravagante- de la policía religiosa de Arabia Saudí (la «Mutawwa») o del Irán. Estamos ante un proceso de ingeniería social que busca incluso un cambio del sistema de valores y del Régimen político consensuado por los españoles con la Constitución de 1978.”

²⁵ Uma enumeração mais sistemática assim como uma classificação segundo variantes ideológicas pode consultar-se em Muñoz (2007: 152-160).

PSOE com o islamismo terrorista nos atentados do 11-M em Madrid²⁶ e afinidades políticas entre o PSOE e a organização terrorista ETA.²⁷ A teórica cientificidade das teses revisionistas possibilita a construção de uma ponte intemporal entre o passado e o presente, circunstância esta que permitiria falar, como já conteceu na legislatura 2004-2008, na “ruptura de Espanha”²⁸, no “doutrinação socialista nas escolas”²⁹, no “ambiente de guerra-civil”³⁰, no “golpe de Estado da esquerda”³¹, no “ataque à Igreja católica”³² ou no “desferrismo (clima de desforra)” a propósito da Lei da Memória Histórica.³³

²⁶ Pío Moa, agora na sua vertente de comentador político, estabelece essa relação através do conceito de conspiração: “El golpista Zapo [José Luis Rodríguez Zapatero] ha vuelto a explotar la guerra de Iraq para desviar la atención de sus chanchullos con los terroristas y de la conspiración del 11-M. Pues claro que hubo conspiración, la hay detrás de todo atentado. El lenguaje pervertido de los liberticidas pretende estigmatizar con esa palabra a quienes buscan la verdad. La cuestión radica en saber quiénes conspiraban y en qué grado. Y varios indicios apuntan al propio PSOE, gran beneficiario y premiado de la matanza.”, Pío Moa, *Libertad Digital*, “Conspiración y golpismo”, 22/10/2006.

²⁷ Angel Acebes, ex-ministro da Administração Interna e Secretário Geral do PP, afirmava, segundo o jornal *El País* (5/06/2006), após uma reunião do Comité de Dirección do PP: “El proyecto de Zapatero es el proyecto de ETA”.

²⁸ José Maria Aznar, ex-Primeiro Ministro entre 1996 e 2004, afirmava -segundo o jornal *El País* (7/10/2005)- por ocasião da sua intervenção no Fórum Mundial da Negociação celebrado no México, que José Luis Rodríguez Zapatero tinha levado a Espanha, em pouco menos de um ano, “al borde del abismo” e que o país corria, quer o risco “de desintegración y de balcanización”, quer o risco “de volver a las andadas”. É interessante esta última expressão, “volver a las andadas”, talvez desconhecida para o leitor português, que remete para a ideia de reincidir nos erros do passado e que aqui bem pode funcionar como referência implícita aos tempos mais convulsos e conflituosos da história recente de Espanha.

²⁹ O porta-voz de Educação do PP no Congreso dos Deputados, Eugenio Nasarre, afirmava que a disciplina “Educação para a Cidadania”, que o governo pensava introduzir no ensino secundário possuía “un grave riesgo de adoctrinamiento”. Luis Carbonell, presidente da CONCAPA (Confederação Católica Nacional de Pais de Família e Pais de Alunos) apresentou, como medidas contrárias a esta disciplina, a objecção de consciência, a não frequência das aulas e a apresentação de processos judiciais contra o Estado. Qualificou também de “inadmisible y fascista” a pretensão estatal de educar os alunos como se fossem os seus filhos: “El Estado no es dueño del corral”, concluía Carbonell. *Jornal ABC*, 8/6/2006

³⁰ O ex-Primeiro Ministro socialista, Felipe González, afirmava no México, segundo o jornal *El Mundo* (24/3/2007) que Espanha vivia um debate político pré-bélico. Jesús de Polanco, presidente do grupo de comunicação PRISA, aludindo ao PP afirmava, segundo o jornal *El Mundo* (22/3/2007): “Hay quien desea volver a la Guerra Civil [...] Si estos señores recuperan el poder van a venir con unas ganas de revancha que a mí, personalmente, me da mucho miedo”.

³¹ Federico Jiménez Losantos qualificava a vitória do PSOE em 2000 como “golpe de Estado político-mediático”. Citado em Muñoz (2007: 152).

³² No jornal *Libertad Digital*, José Luis Restán expressava-se assim: “Días de furia. Vuelan los insultos contra los obispos y saltan las amenazas, del chascarrillo a la impostada solemnidad [...] Desde todos los rincones se entona una especie de ‘¡No Pasarán!’ con sabor a trinchera muy antigua, casi olvidada [...] El PSOE concluye la legislatura con un estrambote que resume perfectamente su política de los últimos cuatro años: la ruptura y la exclusión. El problema radica en la decisión, ya desembozada, de sacar a la Iglesia de la vida pública española, algo que late como un tumor en el programa oculto de una izquierda sectaria que finalmente se ha alzado con el dominio en el PSOE de Zapatero”. José Luis Restán, “Cruzada del PSOE contra los obispos. Lo que Zapatero no puede impedir”, *Libertad Digital* (Suplementos: Iglesia), 6/2/2008.

³³ José Maria Aznar, ex-Primeiro Ministro, segundo o jornal *El Periódico* (6/5/2007), acusava José Luis Rodríguez Zapatero durante uma visita a Ceuta e a propósito da proposta socialista sobre a Lei da Memória Histórica de “obsesión con la revancha” e da pretensão de “remover tumbas”.

b) *O sucesso editorial e mediático do revisionismo permite afirmar a persistência de uma matriz pós-franquista na cultura política dos espanhóis?* ³⁴ Ou dito de um outro modo, *o revisionismo é a manifestação de um fenómeno político mais antigo relacionado com a ditadura vigente durante cerca de 40 anos?*

Neste ponto, a resposta, nem é fácil, nem é simples. Em Espanha, a cultura política democrática começou a construir-se já durante a ditadura (Juliá 1989, 1990, 1999, 2000; Maravall, 1985) e diferentes estudos têm advertido para a existência de elementos de continuidade entre padrões autoritários e democráticos na sua formação (Morán, 1992: 42-43). Com frequência são salientadas certas dimensões que revelariam o sucesso da socialização política do franquismo, não em termos da aquisição de um sistema ideológico sistematizado assumido pela maior parte da população, mas sim como pautas mentais gerais e difusas relativas à orientação e à interpretação da realidade socio-política espanhola. Entre estas pautas figurariam o medo face à desordem social, a relativa desconfiança perante as capacidades dos espanhóis de resolverem pacífica e civilizadamente os seus conflitos, o temor das consequências imprevistas da liberdade política ou o receio da repetição de uma guerra (Aguilar, 2006: 300). A cultura política dos espanhóis assentaria, primordialmente, em valores como a paz, a estabilidade ou a ordem, apresentando uma valorização secundária de conteúdos como a liberdade, a justiça ou, mesmo, a própria democracia. Conclusões desta ordem baseiam-se em estudos ainda próximos cronologicamente do final da ditadura, embora inquéritos bem mais recentes mostrem resultados relativamente coerentes com tais conclusões (Aguilar, 2006: 300). Um outro conceito empregue para caracterizar a cultura política dos espanhóis, o “cinismo político”, também tem merecido explicações focadas no peso da ditadura. Segundo esta expressão, o dito cinismo refere-se à elevada legitimidade que os espanhóis concedem à democracia como forma de governo, e à baixa eficácia que atribuem aos partidos políticos. Esta divergência responderia à carência de uma tradição civil associativa anulada pelo franquismo, e ao escasso interesse pela política como legado da ditadura (Morán, 1992: 44-45). Por último, e neste mesmo sentido, é necessário salientar a alta pontuação que, em valores como a ordem e a moderação, alcança Espanha no Inquérito Mundial de Valores ou nas séries estatísticas do Eurostat (Aguilar, 2006: 301).

³⁴ Esta ideia, embora não seja desenvolvida, é apontada em Izquierdo Martín e Sánchez León (2006: 120).

Não tenciono com estes dados fazer uma caracterização definitiva da cultura política dos espanhóis, que sem dúvida, inclui outros elementos não relacionados com o autoritarismo franquista e sim mais vinculados, por exemplo, com a apatia geral dos cidadãos detectável habitualmente no funcionamento de sistemas democráticos estáveis sem antecedentes ditatoriais (Morán, 1992: 45). No entanto, não julgo ser desacertado apontar, com reserva e cautela, a existência de atitudes e padrões valorativos da vida social e política de carácter ordeiro que fazem da estabilidade um valor moral que deve presidir ao conjunto das relações sociais; atitudes e padrões que interagem com possíveis definições sociais sobre a desordem em Espanha afins das teses revisionistas. As definições sociais em termos de desordem e fragmentação social regressaram de forma evidente à esfera pública espanhola coincidindo com a vitória eleitoral do PSOE nas eleições de 2004.³⁵ A desordem foi identificada por analistas e meios de comunicação conservadores ou neo-conservadores, assim como por sectores da direita política espanhola com determinadas iniciativas legais –casamentos gays³⁶, divórcio “express”³⁷, memória histórica- e governativas –diálogo com ETA³⁸, retirada das tropas

³⁵ Pío Moa traça no seguinte fragmento um quadro histórico que liga a ditadura, como base do actual sistema político, com democracia, a qual corre o risco de ser subvertida pelo governo do PSOE: “Sobre la base de una sociedad reconciliada y próspera que legó la dictadura de Franco, sobre una alternativa de reforma y no de ruptura con 40 años de paz productiva, aun con restricciones a las libertades políticas [...] se produjo en España la transición democrática. Pues bien, ¿cómo ha sido posible que en los últimos 4 años se hayan invertido todas las bases de la convivencia en libertad implantadas en los años 1975-1978 para entrar en una etapa de alianza entre el PSOE, los terroristas y los separatistas, de acoso a las víctimas del terrorismo, a la Constitución, a la Iglesia, a la libertad de expresión? ¿Cómo ha sido posible poner en riesgo por enésima vez en la historia de España los beneficios alcanzados a tanto coste?”; cfr. Moa (2008: 12).

³⁶ José Luis Rodríguez Zapatero afirmava, segundo o Jornal *El Mundo* (1/7/2005), que a Lei do Casamento Homossexual construía “un país más decente porque una sociedad decente es aquella que no humilla a sus miembros”. Antes da promulgação da lei teve lugar uma manifestação em Madrid convocada pelo Fórum da Família que contou com a presença destacada de dirigentes do PP (Ángel Acebes, Eduardo Zaplana, Federico Trillo, Ana Pastor, Miguel Arias Cañete ou Vicente Martínez Pujalte) assim como do Arcebispo de Madrid (Cardeal Antonio María Rouco Varela) e do Vice-Presidente da Conferência Episcopal espanhola (Cardeal Antonio Cañizares) entre muitos outros que solicitaram a retirada da lei. A jornalista Cristina López Schlichting leu um comunicado final no qual qualificava o casamento homossexual de “atentado” contra a instituição familiar (Jornal *El Mundo*, 20/6/2005).

³⁷ Palavras do Arcebispo de Valência, Cardeal García Gasco, recolhidas no jornal *El Mundo* (2/1/2008), no Encontro Das Famílias celebrado em Madrid em 30 de Dezembro de 2007: “La cultura del laicismo es un fraude y un engaño, no construye nada, sólo desesperanza por el camino del aborto, del divorcio ‘express’ y de una ideología que quiere manipular a los jóvenes [...] Por ese camino no se respeta la Constitución de 1978, por ese camino nos dirigimos a la disolución de la democracia”

³⁸ Mais uma manifestação neste sentido. Desta vez, trata-se de Agapito Maestre no jornal *Libertad Digital*: “Zapatero ha vuelto a engañar a los españoles. Ha ganado en el Congreso de los Diputados. Ha vendido la patria y la oposición ha tragado. La nación española no es ya sólo una palabra discutida y discutible, sino la excusa perfecta que ha servido para cambiar el régimen político sin contar con la mitad de los españoles. Zapatero ha conseguido lo que pretendía al comienzo de la legislatura. Gobierna con los nacionalistas y, quizá, seguirá gobernando con quienes odian la nación española. Además, todavía sigue teniendo el visto bueno de los criminales de ETA.” Agapito Maestre, “Cambio de régimen político” *Libertad Digital*, 3/07/2007

do Iraque, mal-estar da administração dos Estados Unidos com Espanha, política territorial pactuada com partidos nacionalistas ou independentistas³⁹ - que privilegiaram, como elementos de avaliação e definição da situação, noções relativas à desordem, à instabilidade e à desunião, gerando, deste modo, uma valorização negativa da nova conjuntura política. De novo as teses revisionistas proporcionaram o material supostamente científico que permitiria recuperar uma interpretação segundo os valores de ordem, estabilidade e progresso em contraposição às veleidades revolucionárias e desestabilizadoras da esquerda. Outra vez surge a analogia entre o comportamento da direita e da esquerda no passado, e a actuação destes mesmos protagonistas na actualidade; ou seja, a contraposição atemporal entre a estabilidade e a desordem. O revisionismo desempenha aqui uma função meta-historiográfica comportando-se como um recurso disponível para avaliar e definir a realidade socio-política e questionar, total ou parcialmente, a legitimidade da esquerda espanhola. Em todo o caso, é imperativo evitar qualquer leitura interpretativa desde fenómeno em termos de causa-efeito. Nem a revitalização das teses franquistas cria por si própria uma cultura política neo-franquista, nem os elementos herdados da ditadura conduzem inevitavelmente à necessária re-actualização destas teses. As sub-culturas políticas ordeiras e autoritárias e o revisionismo alimentam-se mutuamente sendo, alternadamente, causa e consequência, e desenvolvem a sua inter-relação num contexto socio-político que oferece oportunidades para esse desenvolvimento.

c) A revitalização das teses franquistas é devida a uma tendência reactiva face às iniciativas des-legitimadoras da direita empreendidas desde posições de esquerda? Ou dito de um outro modo, é uma resposta lógica e prevista a um “ataque” inicial da esquerda?

O revisionismo também é passível de ser interpretado como um movimento reactivo, isto é, como uma contestação em termos análogos às operações des-legitimadoras da direita efectuadas a partir de posições de esquerda. Gera-se, pois, uma dinâmica de acção-reacção numa complexa partida à volta da legitimidade histórica de determinadas tradições políticas. Perceber esta dinâmica obriga-nos a regressar ao pacto originário fundador da democracia espanhola, subscrito pelas elites políticas e, em grande medida,

³⁹ Moa reitera a ideia da traição vinculada à gestão do PSOE: “El gobierno socialista emprendió su carrera traicionando el Pacto por las Libertades y contra el Terrorismo para pactar con los separatistas y los terroristas y aislar a la derecha. El precio de esa alianza era, y sólo podía ser, la ruina de la Constitución y la disgregación de la nación española en un cúmulo de nacioncillas inventadas por orates y a la medida de políticos mafiosos”. Moa (2008: 29).

pelas suas bases sociais de apoio. O referido pacto apresenta três dimensões que resultam fundamentais em relação à questão que aqui tratamos (Aguilar, 2006: 283):

-- O pacto supunha o compromisso tácito de não instrumentalizar o passado, quer o relativo à guerra civil, quer o relativo à ditadura.

-- O pacto estabelecia o imperativo da não repetição da guerra como via para a resolução dos conflitos sociais e políticos.

-- O pacto eliminava a possibilidade de julgamento, mediante tribunais constituídos para o efeito, das vulnerações dos direitos humanos durante o período franquista.

Embora este pacto fosse assimétrico e obrigasse a esquerda a inúmeras concessões e renúncias, o certo é que, enquanto acordo original e fundador, serviu para construir ou fortalecer uma cultura política democrática que via na Transição um modelo exemplar de mudança política; uma maneira positiva e civilizada de caminhar do autoritarismo para a democracia. Como pacto, e além da sua dimensão formalmente política, é também um constructo cultural que contribuiu para a consolidação do convívio pacífico entre os cidadãos. Apesar disso, existiram tentações de vulneração e vulnerações de facto do pacto relativamente à não instrumentalização do passado. Na campanha eleitoral de 1993, o PSOE, sob a pressão de uma hipotética perda de votos que compromettesse a renovação do seu mandato, introduziu no seu discurso e na sua propaganda elementos que punham em questão o acordo de não instrumentalização do passado. Em consequência, lembrou-se o “pecado” original do PP, ou seja, a pertença de muitos dos seus mais significativos dirigentes aos quadros políticos do franquismo. Paralelamente, jogou-se a vaza do medo ao retorno da direita, associada a tendências autoritárias que desmantelariam os logros sociais alcançados pelos governos socialistas desde 1982. Em definitivo, questionava-se o pedigree democrático da direita e, paralelamente, reafirmava-se a tradição democrática da esquerda com recurso à sua oposição à ditadura. A verdade é que o passado referido ao franquismo foi usado com anterioridade a 1993 mas, como aponta Aguilar (2006: 305), nunca com tanta intensidade como na campanha eleitoral daquele ano.⁴⁰ Se, como já afirmei, a direita tem dificuldades na reconstrução de uma tradição histórica assente na defesa da democracia, não é menos certo que a identificação do anti-franquismo com a luta pela liberdade subtrai do debate um dado importante: a oposição ao franquismo desde a esquerda albergava também projectos não estritamente democráticos, ou se se quer, nem

⁴⁰ Já nos primeiros meses de 1979 existiram recordações do passado franquista dos membros do governo ou evocações sobre o marxismo que ameaçavam destruir a sociedade espanhola. Cfr, Juliá (2006: 57).

todo o anti-franquismo de esquerda foi democrático nas suas propostas. Existe uma distorção *pars pro toto*, isto é, uma identificação global do anti-franquismo como movimento de cariz democrático a partir apenas dos grupos que apostaram numa democracia de tipo liberal, esquecendo que no seio do anti-franquismo existiram propostas nitidamente duvidosas ou contrárias à democracia liberal identificadas com o maoísmo, o marxismo radical ou o terrorismo revolucionário (Juliá, 1994: 183-185). De um modo evidente, e já a partir da maioria absoluta do PP em 2000, multiplicaram-se as iniciativas parlamentares impulsionadas pela esquerda relativas à recuperação da memória histórica, à reabilitação moral e económica das vítimas da repressão da ditadura, à condenação explícita do golpe de estado de 18 de Julho de 1936 e à recusa global do regime franquista. Reactivaram-se as críticas ao PP enfatizando a sua não desvinculação com o franquismo, enquanto que esta última formação política conceptualizava tais iniciativas em termos de agitação interesseira, de movimento de desforra ou de subversão do espírito da Transição. Tendo em conta isto, é necessário salientar que a esquerda também se valeu de retóricas e procedimentos de deslegitimação baseados no passado da direita espanhola, procedimento que bem pode alimentar a reacção por parte dessa direita num sentido oposto. A esse respeito, o revisionismo cumpre a função de defesa reactiva face à des-legitimação da direita empreendida pela esquerda. E mais: como é sabido, as teses revisionistas têm servido reactivamente para desacreditar especialmente o período republicano que mediou entre 1931 e 1936⁴¹; período este muitas vezes reivindicado pela esquerda política como antecedente básico da actual democracia espanhola num tom amiúde simplificador que vê na 2ª República um sistema político depositário de virtudes cívico-democráticas em grau supremo.⁴² Tende-se assim, agora desde a esquerda, a estabelecer uma nova ponte intemporal que ligaria os anos 30 e a democracia espanhola de hoje. Em termos gerais, o debate político sobre o passado histórico em Espanha tem evoluído de maneira muito

⁴¹ Esperanza Aguirre, Presidente da Comunidade Autónoma de Madrid e dirigente destacada do PP, afirma numa entrevista no jornal *El Mundo* (23/8/2006): “[...] cuando se redactó la constitución todos tenían muy presente que no debía volver a repetirse la tragedia de la Segunda República, que ahora el señor Zapatero tiene como modelo”.

⁴² O Primeiro-Ministro, José Luis Rodríguez Zapatero, falou, segundo o jornal *ABC* (6/4/2006) da 2ª República como uma época de “sonhos e lágrimas” e da Constituição republicana de 1931 como um texto que “ilumina” a actual Constituição, vigente desde 1978. Sem se declarar formalmente como herdeiro daquele período, chegou a afirmar que “la España de hoy mira a la 2ª República con reconocimiento, pero, sobre todo, con satisfacción y orgullo por ver lo que hemos podido hacer entre todos en esta etapa constitucional”.

viva embora numa direcção frequentemente simplificadora e reducionista. O reduccionismo e a simplificação articulam-se em torno de dois *tropos* argumentativos:

-- *Quem é que disparou primeiro?* Numa espiral retroactiva, trata-se de encontrar no passado o momento, o fenómeno ou a actuação de um grupo político e das suas bases sociais de apoio que provocariam a necessária reacção do grupo opositor. Determinar quem é que iniciou as hostilidades, quem é que agiu como provocador e quem é que reagiu em defesa própria possibilitaria marcar um “ponto-zero” da história de Espanha que definisse culpabilidades e inocências: a culpa de quem ataca e a inocência de quem se defende. Obviamente, esta dinâmica está inevitavelmente condenada, pela sua lógica, a um processo *ad infinitum* à procura da culpa primigénia.

-- *E tu também.* A afirmação da trajectória democrática de um grupo político tem conduzido, explícita ou implicitamente, à des-legitimação do opositor mediante o questionamento ou a negação do seu substrato democrático. Desfraldam-se argumentos e factos que supostamente exemplificariam a carência deste substrato perante os quais se contrapõem razões equivalentes como réplica. Assim, se uns foram anti-democráticos, os outros também o foram. A lógica do *tuo quoque* também está condenada a nutrir uma cascata sem fim de acusações recíprocas.

4. Conclusão

Como tratei de argumentar até aqui, o revisionismo é mais do que um fenómeno editorial ou historiográfico. Em si, constitui um interessante objecto de estudo sociológico que, portanto, vai além dos limites da Academia. Fundamentalmente, é uma ferramenta de legitimação-des-legitimação conforme a uma leitura interpretativa do passado revestida de cientificidade –e por isso, portadora de uma hipotética verdade e objectividade- que estabelece uma continuidade temporal entre as atitudes, as mentalidades e os comportamentos dos grupos políticos do passado e dos actuais. O revisionismo opera num nível duplo:

-- Como recurso de des-legitimação da esquerda advertindo uma essência trans-histórica que a converte num instrumento ligado à desordem, à instabilidade, à fragmentação e à dissolução da sociedade.

-- Como recurso de legitimação da direita política. Esta legitimação não provém estritamente da aceitação sistemática e total de um *corpus* doutrinário franquista senão

da própria des-legitimação historiográfica da esquerda, facto que, ao mesmo tempo, significaria a legitimação implícita na direita de um percurso exemplarmente democrático.

Na realidade, se se tratasse unicamente de um caso de controvérsia intelectual, é legítimo pensar que seria suficiente contestar o revisionismo com a invalidação das suas teses em nome de uma carência de cientificidade. Nomeadamente, é esta uma resposta na qual a Academia e os profissionais da história insistem desde há tempo. Mas acontece que, apesar da ampla unanimidade académica, os produtos culturais revisionistas –livros, seminários, artigos, conferências, congressos...- continuam a gozar de um elevado grau de aceitação entre sectores alargados da população espanhola. Deste modo, parece razoável procurar algumas das causas desta aceitação fora do campo historiográfico, interpretando o revisionismo como um fenómeno social vinculado a) à introdução de novos padrões nas culturas políticas da direita liberal-conservadora que enfatizam a inviabilidade dos projectos políticos da esquerda; b) à possível persistência de elementos relativos a uma matriz pós-franquista dentro da cultura política dos espanhóis e c) a uma dinâmica de acção-reacção no confronto político que inclui a tentativa de instrumentalizar politicamente o passado do país.

As consequências do revisionismo são de dois tipos. Por um lado, as que poderíamos chamar *consequências científicas*, pois as teses revisionistas promovem um conhecimento extremamente duvidoso em termos de rigor e veracidade. Pelo outro lado, as que denomino *consequências cívicas*, pois estas teses corroem e depreciam a construção de uma cultura política democrática em Espanha. No que equivale às consequências científicas, uma questão apresenta-se como prioritária: como deve lidar a historiografia profissional com a historiografia revisionista, à qual retira todo o estatuto científico? O debate científico pressupõe que os enfoques e as interpretações debatidas cumpram requisitos prévios relativos às regras do procedimento científico assim como, que a sua exposição, defesa, análise e crítica sejam realizadas publicamente de acordo com argumentos lógicos e racionais. Se não fôr deste modo, o que temos é um hipotético “debate” entre a historiografia científica e uma outra disciplina pseudo-historiográfica; um hipotético debate no qual, o ponto de partida, é radicalmente diferente. Mas, mesmo retirando o estatuto de cientificidade ao revisionismo, o essencial do problema continua em aberto. Não é suficiente negar o seu carácter científico se, em contrapartida, não se oferece nada em troca. Se a historiografia profissional e os seus representantes consideram que estão a ser transmitidos à

sociedade conhecimentos falsos ou pouco fidedignos, seria necessário inverter esta tendência fornecendo a essa mesma sociedade conhecimentos mais rigorosos, ajustados e adequados. Uma saída factível é o recurso à divulgação (Reig Tapia, 2006: 370-375); ou seja, a acessibilidade para o público não especialista das investigações mais recentes, das novas descobertas e dos enfoques empregues. Em definitivo, pôr à disposição do público em geral, de uma maneira argumentada, perceptível e compreensível, o saber tido por rigoroso ou com fundamento científico. A divulgação histórica já existe mas o sucesso do revisionismo talvez exigisse redobrar os esforços. Mesmo assim, a divulgação, embora necessária, está ainda longe de ser uma solução completa por si própria. É simplificador pensar que bastariam vendas superiores e continuadas de obras de divulgação histórica comparativamente às obras revisionistas para ter a certeza de que um saber científico e veraz sobre a Guerra Civil e o Franquismo seria assumido por amplas camadas da população. Não é suficiente confiar exclusivamente numa iniciativa de natureza editorial: a ninguém lhe escapa que continuarão existindo compradores e leitores refractários à divulgação histórica construída segundo coordenadas científicas: nem todo o público é permeável à divulgação. Esta impermeabilidade já não seria imputável à ausência no mercado de textos adequados de divulgação histórica, e teria mais a ver com a existência de sub-culturas políticas para as quais as teses revisionistas resultam atractivas. Entramos, assim, no terreno das consequências cívicas do revisionismo.

Que as teses revisionistas sejam editorial, mediática e politicamente tão atractivas é um facto que nos fala sobre as debilidades ou as erosões da cultura política democrática dos espanhóis, uma vez que aquelas teses mostram afinidades com mentalidades autoritárias e com o questionamento de determinadas opções políticas de esquerda, perfeitamente legítimas e resultantes do simples pluralismo típico dos sistemas democráticos. Neste aspecto, as teses revisionistas desacreditam e depreciam a longo prazo a construção de uma cultura política democrática de qualidade. Que fazer, é pois, a pergunta. Obviamente, a consolidação de uma cultura política democrática exige tempo e esforço e, por isso, qualquer iniciativa que contribua para isso, além de bem-vinda e embora podendo ser necessária, será sempre insuficiente se não fôr complementada por outras iniciativas afins e coerentes. Ao falar de iniciativas, pensa-se quase obrigatoriamente, na responsabilidade dos poderes públicos na transmissão de conhecimentos capazes de espalhar essa cultura política democrática. No entanto, a responsabilidade não é exclusiva do Estado. A configuração de uma cultura e de um imaginário político

democráticos também compete aos próprios partidos: as suas actuações, as suas trajectórias e o seu passado jogam um papel vital nessa conformação. A vida política espanhola tem vivido recentemente um conjunto de polémicas à volta do passado histórico. Escapar das dinâmicas que essas polémicas geram exige o desenvolvimento de uma predisposição crítica relativamente à reconstrução das trajectórias partidárias utilizadas como meio para reafirmar a sua substância democrática. Isto não implica a equidistância; não implica uma salomónica repartição de responsabilidades senão um exercício crítico racional, contrastado e debatido publicamente como requisito para a construção de uma cultura política democrática de qualidade. Mas, como é que se relaciona esta predisposição crítica com o jogo partidário da des-legitimação do oponente político?

O passado histórico tem sido, em Espanha, um recurso para avaliar a trajectória dos partidos políticos e a consistência das suas posições ideológicas. A atribuição ao oponente político de características des-legitimadoras em virtude desse passado tem servido para afirmar o orgulho e a convicção de pertencer ou se identificar com uma dada opção ideológica. Conforme era rebaixada e diminuída a imagem do oponente, parecia incrementar-se o orgulho de se saber situado na posição política certa.⁴³ Mas o reverso do orgulho, como acertadamente afirma Richard Rorty (1998: 3-11) é a vergonha; vergonha entendida como um reconhecimento dos factos, das atitudes e das actuações que integram uma tradição política específica, o que supõe trazer à luz episódios negativos e moralmente controversos ou rejeitáveis. Admitir a identificação ou a pertença a uma tradição política deveria implicar o conhecimento desses factos, dessas atitudes e dessas actuações, a sua assunção e o compromisso firme de não repetição. O orgulho e a vergonha são indisociáveis neste campo.⁴⁴ Só desta maneira o debate sobre as trajectórias políticas emerge clarificado, escapando ao círculo vicioso que traçam as acusações recíprocas ou a procura do “ataque primigénio”. Tal vez fosse um modo de aproximação ao passado sem se cair em debates estéreis que monopolizam a esfera

⁴³ A identificação com uma dada opção política e as experiências e atitudes ligadas a essa identificação são elementos constitutivos da identidade individual, a qual também se constrói por oposição a opções políticas com as quais o indivíduo não se identifica. Esta dicotomia identificação-des-identificação é analisada por Norbert Elias tomando como referência as dinâmicas de interacção entre grupos sociais estabelecidos (established) e marginais (outsiders). Cfr. Elias (1994, 2003).

⁴⁴ As palavras de Paloma Aguilar a esse respeito são uma boa prova disto: “[...] el acuerdo de no instrumentalización del pasado político sigue manteniendo su vigencia en nuestros días, básicamente porque tanto la derecha como la izquierda tienen de qué avergonzarse si fijan su atención en dicho periodo [período referido à transição à democracia]. Cfr. Aguilar (2006: 304).

pública, abrindo-se esta, por acréscimo, a outras questões também relevantes para a cidadania e amiúde obscurecidas pela simplificada discussão acerca do passado.

BIBLIOGRAFIA

AGUILAR, P. (2006): “La evocación de la guerra y del franquismo en la política, la cultura y la sociedad españolas” in Juliá, S. (dir.): *Memoria de la guerra y del franquismo*. Madrid, Taurus / Fundación Pablo Iglesias.

CÁMARA VILLAR, Gregorio (1984): *Nacional-Catolicismo y escuela. La socialización política del franquismo (1936-1951)*. Jaén, Hesperia.

ELIAS, N. (1990): *Compromiso y distanciamiento*. Barcelona, Península.

- (1994): *The Established and the Outsiders*. Londres, Sage.
- (1999): *Sociología Fundamental*. Barcelona, Gedisa
- (2003) “Ensayo acerca de las relaciones entre establecidos y forasteros”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, 104: 219-251

ELORZA, A. (2005): “Vuelve el 36”, *Jornal El País*, 17/9/2005, p. 21.

ESPINOSA, F. (2005): *El fenómeno revisionista o los fantasmas de la derecha española*. Badajoz, Del Oeste Ediciones.

FEBVRE, L. (1970): *Combates por la historia*. Barcelona, Ariel.

GÁLVEZ, S (2008): “Memorias, historia, derechos humanos, políticas públicas: reflexiones en torno a la práctica historiográfica. Conclusiones”, *Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea*, 8. <http://hispanianova.rediris.es/8/articulos/8a004.pdf> Consulta: 5/11/08

GARCÍA CRESPO, C. (1983): *Léxico e ideología en los libros de lectura de la escuela primaria (1940-1975)*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, Instituto de Ciencias de la Educación.

GINER, S.; LAMO DE ESPINOSA, E. e TORRES, C. (eds.) (1998): *Diccionario de Sociología*. Madrid, Alianza.

GÓNZALEZ CUEVAS, P. C. (2000): *Historia de las derechas españolas. De la Ilustración a nuestros días*. Madrid, Biblioteca Nueva.

- (2005): *El pensamiento político de la derecha española en el siglo XX. De la crisis de la Restauración al Estado de los partidos (1898-2000)*. Madrid, Tecnos.

IZQUIERDO MARTÍN, J. e SÁNCHEZ LEÓN, P. (2006): *La guerra que nos han contado. 1936 y nosotros*. Madrid, Alianza.

JULIÁ, S. (1989): “Los cambios estructurales de la sociedad en la etapa final de las dictaduras. El caso español” in Torre, H. de la (coord.): *Portugal y España en el cambio político (1958-1975)*. Mérida, UNED, Centro Regional de Extremadura.

- (1990): “Obreros y sacerdotes: cultura democrática y movimientos sociales de oposición” in Tusell, J.; Alted, A. e Mateos, A. (coords.) (1990): *La oposición al Régimen de Franco*. Madrid, UNED. (Vol. 2)
- (1999): *Un siglo de España. Política y Sociedad*. Madrid/Barcelona, Marcial Pons.
- (2000): “Cambio social y cultura política en la transición a la democracia” in Mainer, J. C. e Juliá, S.: *El aprendizaje de la libertad*. Madrid, Alianza.
- (2006): “Memoria, historia y política de un pasado de guerra y dictadura” in Juliá, S. (dir.): *Memoria de la guerra y del franquismo*. Madrid, Taurus / Fundación Pablo Iglesias.

LÓPEZ MARCOS, M. (2001): *El fenómeno ideológico del Franquismo en los manuales escolares de enseñanza primaria (1936-1945)*. Madrid, Ediciones UNED.

MARAVALL, J. M. (1985): *La política de la transición*. Madrid, Taurus.

MAYORDOMO PÉREZ, A. e FERNÁNDEZ SORIA, J. M. (1993): *Vencer y convencer. Educación y política en España 1939-1945*. Valencia, Universitat de València.

MOA, P. (1999): *Los orígenes de la Guerra Civil española*. Madrid, Encuentro.

- (2000): *Los personajes de la República vistos por ellos mismos* (vol. 2). Madrid, Encuentro.
- (2001): *El derrumbe de la Segunda República y la Guerra Civil*. Madrid, Encuentro.
- (2002): “De un tiempo de un país”. *La izquierda violenta (1968-1978)*. Madrid, Encuentro.
- (2003a): *Contra la mentira. Guerra Civil, izquierda, nacionalistas y jacobinismo*. Madrid, Libros Libres.
- (2003b): *Los mitos de la Guerra Civil*. Madrid, La Esfera de los Libros.
- (2004a): *Los crímenes de la Guerra Civil y otras polémicas*. Madrid, La Esfera de los Libros.
- (2004b): *1934. comienza la Guerra Civil. El PSOE y la Izquierda emprenden la contienda*. Barcelona, Áltera.
- (2004c): *Los libros fundamentales de Pío Moa sobre la Guerra Civil*. Madrid, Encuentro.
- (2005a): *Contra la balcanización de España*. Madrid, La Esfera de los Libros.
- (2005b): *Franco. Un balance histórico*. Barcelona, Planeta.
- (2005c): *1936. El asalto final a la República*. Barcelona. Áltera.
- (2006): *La República que acabó en Guerra Civil*. Barcelona. Áltera.
- (2007a): *La quiebra de la historia progresista*. Madrid, Encuentro.
- (2007b): *Años de hierro. España en la posguerra 1939-1945*. Madrid, La Esfera de los Libros.
- (2008): *Falacias de la izquierda, silencios de la derecha*. Madrid, Libros Libres.

MORÁN, M.L. (1992): “Algunas reflexiones en torno a la influencia de los medios de comunicación e la formación y características de la cultura política de los españoles”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, 57: 37-59.

- (1999): “Los estudios de cultura política en España”, *Revista española de investigaciones sociológicas (REIS)*, 85: 97-129.

MORENO, F. (1999): “La represión en la posguerra” in Juliá, S. (dir.): *Víctimas de la Guerra Civil*. Madrid, Temas de Hoy.

MUÑOZ, J. (2007): “Sin complejos: las nuevas derechas españolas y sus intelectuales”, *Historia y Política*, 18: 129-164.

NAVARRO GARCÍA, C. (1993): *La educación y el nacional-catolicismo*. Cuenca, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

PÉREZ AGOTE, A. (1989): *La sociedad y lo social. Ensayos de sociología*. Bilbao, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.

REIG TAPIA, A. (1986): *Ideología e Historia. Sobre la represión franquista y la Guerra Civil*. Madrid, Akal.

- (2006): *Anti-Moa*. Barcelona, Ediciones B.

RORTY, R. (1998): *Achieving our Country: Leftish Thought in Twentieth-century America*. Harvard University Press.

RODRÍGUEZ, E. e ARBIDE, H. (2006): “¿Nueva derecha? O la reivención del populismo frente al vacío de la izquierda”, *Archipiélago. Cuadernos de crítica de la cultura*, 72.

VALLS, R. (2000): “Ideología franquista y enseñanza de la Historia en España” in Fontana, J. (ed.): *España bajo el Franquismo*. Barcelona, Crítica.

VIDAL, C. (1997): *La destrucción de Guernica. Un balance sesenta años después*. Madrid, Espasa-Calpe.

(2005): *Paracuellos-Katyn. Un ensayo sobre el genocidio de la izquierda*. Madrid, Libros Libres.